



COMPANHIA DAS LETRAS

UTOPIA

THOMAS MORE nasceu em Londres em 1478, filho de um advogado de sucesso. Foi pajem na residência do cardeal Morton, que o enviou para estudar em Oxford. Chamado pelo pai para cursar direito em Londres, ingressou na Ordem em Lincoln's Inn em 1501. Começou uma carreira precoce na capital, representando a Associação Comercial, ocupando assento no Parlamento e se tornando juiz da cidade. Enviado em missão a Flandres em 1515, lá começou a escrever *Utopia*, que concluiu em Londres. Tornou-se membro do conselho privado de Henrique VIII em 1518 e foi eleito presidente da Câmara dos Comuns em 1523; seis anos depois, sucedeu ao cardeal Wolsey como lorde chanceler, vindo a ser o décimo laico a ocupar o cargo. A partir de 1528, passou a resistir ativamente a qualquer inovação em assuntos religiosos, escrevendo obras contra Lutero e Tyndale. Com os atritos de Henrique VIII com Roma devido à sua intenção de se divorciar de Catarina de Aragão, More se viu sob pressão crescente e, em 1532, renunciou ao cargo de chanceler. Solicitado em 1534 a prestar o juramento da sucessão, que rejeitava a jurisdição papal e a validade do casamento de Henrique e Catarina, ele se negou e foi enviado para a Torre de Londres. Durante o período na prisão, escreveu várias obras espirituais, entre elas o *Diálogo do conforto na atribulação*. Em julho de 1535, depois de se recusar a aceitar a supremacia do rei sobre a Igreja, foi condenado como traidor em Westminster Hall e decapitado em Tower Hill. Sua morte causou comoção internacional, sobretudo entre os colegas humanistas. Adotado pela Contrarreforma católica como figura exemplar, foi canonizado pelo papa Pio XI em 1935.

DOMINIC BAKER-SMITH se formou no Trinity College, Cambridge. Depois de lecionar no Canadá, voltou a Cambridge, onde foi docente do Fitzwilliam College e conferencista na

faculdade de inglês. Em 1976, tornou-se professor titular de inglês no University College, em Cardiff, e depois transferiu-se para a Universidade de Amsterdam, em 1981, na qual veio se aposentar. Além de várias publicações sobre a literatura inglesa e neolatina, é autor de *More's 'Utopia'* (HarperCollins, 1991) e editor de três volumes das obras reunidas de Erasmo de Rotterdam publicadas pela Toronto University Press. Foi presidente da Sociedade de Estudos Renascentistas e recebeu a Ordem do Império Britânico em 1999. Morreu em 2016.

DENISE BOTTMANN se formou em história pela Universidade Federal do Paraná e é mestre em teoria da história. Foi docente do Departamento de Filosofia da Unicamp. É autora de *Padrões explicativos na historiografia brasileira* e vários artigos de crítica e teoria historiográfica em revistas especializadas. Atua como tradutora de inglês, francês e italiano desde 1984, nas áreas de ciências humanas, história da arte, literatura, teoria e história literária. Desde 2008, desenvolve pesquisas e estudos sobre a história da tradução no Brasil.

THOMAS
MORE
Utopia

Tradução de
DENISE BOTTMANN

Introdução de
DOMINIC BAKER-SMITH



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2018 by Penguin-Companhia das Letras
Copyright da introdução © 2012 by Dominic Baker-Smith

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Penguin and the associated logo and trade dress are registered and/or unregistered trademarks of Penguin Books Limited and/or Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association with
Penguin Group (USA) Inc.

TÍTULO ORIGINAL
Utopia

IMAGENS DAS PP. 40-1
Alamy/Fotoarena

PREPARAÇÃO
Cacilda Guerra

REVISÃO
Angela das Neves
Huendel Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

More, Sir Thomas, 1478-1535.

Utopia / Thomas More ; tradução de Denise Bottmann ;
introdução de Dominic Baker-Smith. — 1ª ed. — São Paulo:
Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

Título original: Utopia.

ISBN 978-85-8285-071-8

I. Utopias I. Baker Smith, Dominic. II. Título

18-14646

CDD-321.07

Índice para catálogo sistemático:

I. Ficção : Ciência política 321.07

[2018]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.penguincompanhia.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

www.companhiadasletras.com.br

Sumário

Introdução — Dominic Baker-Smith	7
Nota sobre o texto	35
UTOPIA	
<i>Mapa de Utopia</i>	40
<i>O alfabeto utopiano e uma quadra em língua utopiana</i>	41
Sextilha de Anemólio sobre a ilha de Utopia	43
Primeira carta de Thomas More a Peter Giles	45
Carta de Peter Giles a Jerome Busleyden	51
Segunda carta de Thomas More a Peter Giles	55
LIVRO UM	59
LIVRO DOIS	97
Apêndice 1: “Entre amigos tudo é comum”	173
Apêndice 2: Uma apresentação do povo taíno	177
<i>Notas</i>	181
<i>Leituras complementares</i>	199
<i>Glossário</i>	203
<i>Cronologia</i>	205

Introdução

DOMINIC BAKER-SMITH

Quem empreender nestas páginas a viagem a *Utopia* precisará se manter alerta: poucas obras ficcionais se propõem a estabelecer maior grau de cumplicidade com seus leitores. Isso significa não que fiquemos intimidados à sua leitura — longe disso —, e sim que temos de manter a receptividade a diversas vozes e perspectivas distintas no interior da obra para entendermos o que a criação de Thomas More quer alcançar. O debate e o diálogo, o jogo dinâmico de pontos de vista contrastantes, são formas fundamentais no repertório do humanismo e essenciais para as realizações de More como escritor. Sua mais antiga biografia, escrita pelo genro William Roper, conta-nos que, já desde jovem, quando era pajem na residência do cardeal Morton, ele subia de um salto ao palco durante a apresentação de uma peça ou de algum espetáculo “e, sem estudar o enredo, inventava ali mesmo na hora um papel para si”.¹ More conservou ao longo de toda a vida esse senso teatral espontâneo, que atingiu o ápice em seu dramático pronunciamento ao pé do patíbulo. Isso não significa que ele fosse insincero, mas apenas que tinha a tendência instintiva de estabelecer uma relação com um público. Assim, não surpreende que suas obras literárias de maior efeito tenham a forma de diálogo, um drama de ideias em que as linhas de pensamento se apresentam como papéis ou possíveis cursos de ação.

Essa sua presença de espírito era, evidentemente, muito celebrada, mas nem sempre de maneira favorável. O cronista Edward Hall resume a questão: “Ele tinha um espírito muito vivo e imaginativo, razão pela qual era muito propenso a zombarias, o que constituía uma grande mácula em sua gravidade”.² Fato é que o engenho de More, seu jogo mental, é essencialmente irônico, derivando da discrepância entre os fatos nus e crus da vida e as ilusões que podemos acalentar a respeito dela. Um de seus epigramas latinos mais simples ilustra a questão: “Sonha quem pensa ser rico nesta vida; acordado pela morte, logo vê quão pobre é”.³ A clara intenção é que, ao fundo, vejamos a parábola de Cristo sobre o rico satisfeito e seus celeiros repletos: “Mas Deus lhe diz: ‘Insensato, nessa mesma noite ser-te-á reclamada a alma’”.⁴ De um lado está a voz de Deus, a imposição da realidade, e de outro lado a capacidade humana de iludir a si mesmo. O espírito de More nunca é apenas teatral ou meramente zombeteiro; dirige-se sempre a algo ou alguém para expor a insensatez. Vê-se a plena força de tal ironia quando More apresenta a queda de lorde Hastings em *Ricardo III*, com sua enfática conclusão: “Ó bom Deus, a cegueira de nossa natureza mortal! Quando mais temia, estava seguro; quando mais seguro se julgava, perdeu a vida, e isso em apenas duas horas”.⁵ A voz do moralista irrompe por um instante na narrativa histórica. Essa é a ironia fundamental da condição humana, que todo pregador podia explorar; o que conferia força especial à ironia de More era seu contato com os diálogos e ensaios satíricos de Luciano de Samósata (n. c. 120 d.C.).

More provavelmente iniciou os estudos de grego quando estava na Universidade de Oxford, mas prosseguiu com eles mesmo depois de ser chamado de volta a Londres e a seus estudos jurídicos. O humanista e teólogo holandês Erasmo (1469?-1536), em sua primeira visita à Inglaterra em 1499, ficou visivelmente impressionado com More, e

o interesse de ambos pelo grego pode ter contribuído para a amizade entre eles. Mas foi durante a segunda visita de Erasmo, em 1505, que essa amizade floresceu num trabalho conjunto para a tradução em latim dos diálogos do ironista grego. É muito provável que tenham utilizado a edição grega impressa em 1503 por Aldo Manúcio, cujas edições de autores clássicos, como nos diz Rafael, gozavam de grande popularidade entre os utopianos (p. 134). A colaboração entre More e Erasmo rendeu um volume de traduções latinas que foi publicado em Paris em 1506. Esse contato com Luciano veio a se mostrar muitíssimo fecundo para os dois autores. Com ele, aprenderam as possibilidades do diálogo satírico e o uso da diversão literária como arma de crítica social. Outro elemento de atração era que os alvos favoritos de Luciano, os falsos filósofos e os ascetas hipócritas, encontravam um bom equivalente nos sacerdotes e acadêmicos conservadores que se opunham ao avanço do humanismo (em particular dos estudos gregos), bem como ao empenho de Erasmo em reavivar a prática cristã.

Entre os recursos de Luciano adotados por More está sua construção galhofeira de nomes estranhos: a própria Utopia, “Não lugar”, e o rio Anidro, “Sem água”, fazem parte de sua evocação lucianesca de um mundo inexistente. Mas o elemento mais significativo que More e Erasmo extraem de Luciano é a ideia de que a sociedade se funda nos costumes, na adoção irrefletida de hábitos transmitidos, seja na conduta, seja na percepção. É quase como se Luciano os ensinasse a ser antropólogos. Assim, ao descrever o desprezo dos utopianos pelo ouro e as maneiras complicadas de estocá-lo, Rafael fala com certa hesitação, como se temesse nossa incredulidade: “Pois dá-se quase invariavelmente que, quanto mais algo se distancia da prática corrente dos ouvintes, mais difícil é acreditar naquilo” (p. 118). Somos fruto de nossos costumes.

O momento mais autenticamente lucianesco em *Utopia* é a passagem em que Rafael descreve os embaixadores ane-

molianos, que, com a magnificência de seus trajes, querem impressionar os utopianos, estes vestidos de maneira simples; assim, além das roupas douradas, usam correntes de ouro, anéis e pedras preciosas, esquecidos de suas conotações negativas para seus anfitriões. Portanto, em vista dos pressupostos culturais dos utopianos, é inevitável que os anemolianos sejam tratados com desprezo; como observa Rafael: “Nunca se me fez tão claro a que ponto costumes tão diversos dos de outras nações podem gerar atitudes diversas do que o caso dos embaixadores anemolianos” (p. 119). Vale notar que, ao escrever essa passagem, o próprio More encontrava-se na posição de embaixador e é provável que usasse uma corrente de ouro quando necessário. Não será excessivo sugerir que o contato com Luciano lhe permitiu brandir sua ironia instintiva como instrumento em favor da reforma social.

A primeira grande obra a brotar dessa experiência lucianesca foi *Elogio da loucura*, que Erasmo concluiu em 1509 na casa de More, dedicando-a ao amigo. A oportunidade de More viria mais tarde: naquele entretanto, andava muito ocupado. Temos todas as razões para supor que a ciranda frenética de obrigações que ele descreve na primeira das cartas em prefácio a *Utopia*, dirigida a seu amigo Peter Giles, o humanista flamengo e magistrado de Antuérpia, não estava longe da verdade. More era figura de destaque nos assuntos públicos de Londres, sendo membro do Parlamento e juiz de comarca, cargo esse que consumia muito tempo, consistindo em presidir às sessões do tribunal daquela jurisdição. Sua carreira jurídica se desenvolvera em larga medida dentro da comunidade londrina, permitindo-lhe ter experiência direta das tensões e problemas em manter a ordem numa comunidade de cerca de 50 mil habitantes. Londres era única na Inglaterra por suas dimensões e sua independência como corporação, comparável aos grandes centros mercantis do continente. Assim, não por acaso a vida utopiana é essencialmente urbana,

girando em torno de interesses civis, a tal ponto que parece não existir uma autoridade central suprema a governar o país. Quando More e Peter Giles se encontram em Antuérpia, é na condição de representantes de uma cultura nitidamente cidadina.

Utopia foi fruto de uma folga inesperada. Como More comenta no início do livro, em maio de 1515 criara-se uma comissão para negociar com os representantes de Carlos de Habsburgo, e ele era um de seus integrantes. O chefe político da missão era o diplomata e eclesiástico Cuthbert Tunstall, e More foi incluído como porta-voz dos interesses de Londres, visto que se tratava de “assuntos de não pequena importância”, como diz ele (p. 59), relacionados com o comércio entre a Inglaterra e os Países Baixos. A delegação chegou a Bruges em 17 de maio, e os debates prosseguiram até o final de julho, quando os negociadores flamengos foram chamados de volta para consultas com o príncipe Carlos em Bruxelas. Com isso, More pôde dispor de um período de inatividade diplomática, que parece ter aproveitado ao máximo. Primeiro foi a Antuérpia para ver Peter Giles, e depois foi a Mechelen, onde admirou a coleção de moedas antigas de Jerome Busleyden, e a Tournai, então em mãos inglesas. Mas, como escreveu mais tarde a Erasmo, “em todas as minhas viagens, não tive melhor fortuna do que na companhia de Peter Giles”,⁶ e é ali, no próspero porto de Antuérpia, que podemos situar a concepção de *Utopia* ou, para lhe dar seu nome adequado, *Sobre a melhor condição de uma república*.

More permaneceu nos Países Baixos até outubro; sua última atividade lá foi concluir a “Carta a Martin Dorp”, sua maior e mais vigorosa defesa do humanismo e de seu amigo Erasmo. No final do mês estava de volta a Londres. O que acontecera com *Utopia* nesse meio-tempo? A publicação da obra tardaria mais de um ano; o que podemos conjecturar sobre esse período em que ela esteve à sombra?

Utopia se divide naturalmente em duas partes: no livro, predomina a narrativa de Rafael sobre a extraordinária ilha que visitou em suas viagens, e predomina a tal ponto, na verdade, que às vezes se discute a obra como se consistisse apenas no Livro Dois. Mas há o Livro Um, claro, com a ambientação ficcional ali apresentada — a conversa num jardim de Antuérpia, que pode ser menos vívida, mas é fundamental para orientar nossa atitude em relação a Rafael e sua notável narrativa.

Talvez caiba pensar o livro como três círculos concêntricos: no centro da obra está a descrição de Rafael sobre Utopia com seus costumes e instituições, mas ela vem enquadrada pela conversa no jardim da casa em que More se hospeda em Antuérpia, a qual, por sua vez, vem enquadrada pelo material de prefácio — o alfabeto utopiano, os versos nessa língua e as várias cartas. Esses círculos marcam três fases distintas na composição da obra e também três estágios em sua concepção imaginativa. Esse esquema é bem apresentado por J. H. Hexter, em seu estudo *More's Utopia: The Biography of an Idea* [A *Utopia* de More: a biografia de uma ideia] (1952), mas foi o próprio Erasmo quem deu a primeira indicação, ao informar que “o segundo livro [More] escrevera antes, em um período de folga; em ocasião posterior, ele acrescentou o primeiro no calor do momento”.⁷ É de presumir que “o calor do momento” se refira à vida frenética que More retomou após voltar a Londres; Andrea Ammonio, secretário latino do rei e amigo de Erasmo, conta sobre o retorno de More: “Ele frequenta com assiduidade aquelas lareiras enfumaçadas do palácio em minha companhia. Ninguém deseja bom-dia a meu senhor de York mais cedo do que ele”.⁸ “Meu senhor de York” era Wolsey, recém-alçado ao cargo de cardeal, e o fato de More ser frequentador assíduo do palácio mostra que ele vinha se envolvendo cada vez mais nos assuntos do governo.

A ideia de que *Utopia* reflete o dilema pessoal de More perante a perspectiva de um convite do rei pode ser um tanto forçada, mas sem dúvida ele enfrentava uma mudança de carreira, em que passaria da estabilidade institucional nas funções jurídicas em Londres para o teatro menos previsível da política da corte, mesmo que, por fim, tenha vindo a ingressar no Conselho apenas em março de 1518. Afinal, ele fizera um estudo cuidadoso dos historiadores clássicos, em especial Tácito e Salústio, e a menção levemente galhofeira em *Utopia* à desavença entre o imperador Nero e seu conselheiro Sêneca, na tragédia *Octavia*, mostra que More tinha plena consciência das frustrações e riscos de aconselhar os poderosos (p. 89). Assim, não chega a surpreender que ele tenha decidido dramatizar as questões e incorporá-las ao ensaio sobre a melhor condição de uma república. De todo modo, podemos considerar que o cômico autorretrato que ele apresenta em sua primeira carta-prefácio a Peter Giles não está longe da verdade: a saber, que o único tempo de que dispunha para escrever era “o que consigo roubar ao sono ou às refeições” (p. 46).

A segunda fase da composição pode, de fato, ter sido redigida num súbito rompante de criatividade: Erasmo fez uma brevíssima visita à Inglaterra em agosto de 1516, mas More teria tido tempo para conversar com ele sobre o manuscrito e para concluí-lo. Como Erasmo partiu no final de agosto e More lhe enviou o manuscrito poucos dias depois, isso sugere que ainda haviam restado algumas pontas soltas. Nessa fase, More ainda chama a obra de *Nusquama*, “nenhures”. A primeira menção a “Utopia” surge numa carta do humanista holandês Gerhard Geldenhower a Erasmo, em novembro, informando que o livro seria lançado em breve pelo impressor Thierry Martens, de Louvain. De fato, saiu no mês seguinte.

Tudo isso indica que More queria que o livro fosse visto como parte de um movimento cultural europeu mais am-

plo, visando à promoção da literatura clássica, em especial dos estudos gregos.⁹ Era exatamente, aliás, o tipo de interesse a que se dedicavam os utopianos em suas horas de lazer. Deixando de lado a tradução inglesa de Ralph Robinson, de 1551, a primeira impressão do texto latino de More na Inglaterra veio à luz apenas em 1663, em Oxford. More concebeu a obra durante suas viagens aos Países Baixos e confiou a publicação a seus amigos de lá, sendo Erasmo e Peter Giles os que mais se empenharam em ajudá-lo. Teria sido Erasmo quem concebeu o nome *Utopia*? Sobre isso não é possível ter certeza, mas Giles toma a si a responsabilidade pelas notas à margem, pelo alfabeto utopiano e por aqueles versos em utopiano “que Hitlodeu me mostrou após a saída de More” (p. 52). Tudo indica que More usou a prorrogação de sua permanência nos Países Baixos para ampliar o círculo de contatos literários, e que *Utopia* e as cartas-prefácio são os resultados mais evidentes disso. Mas há também aquela carta polêmica a Martin Dorp,¹⁰ que nos permite vislumbrar as preocupações de More na época. É uma defesa de Erasmo, mas, mais importante, é uma defesa do programa intelectual que ele representava, sob o título convencional de humanismo.

A “Carta a Dorp” se situa numa linhagem de polêmicas antiescolásticas que vem aproximadamente desde *A ignorância própria e alheia*, de Petrarca (c. 1371), a *Areopagítica*, de John Milton (1644). O humanismo estava intimamente ligado ao ressurgimento da literatura e da cultura clássicas, mas em seu centro havia a noção da linguagem como instrumento social. Seria tolice tomar os ataques humanistas ao escolasticismo ao pé da letra, mas de fato tinham razão num ponto: a ênfase escolástica sobre a linguagem como instrumento estritamente técnico, deliberadamente despido de qualquer referência subjetiva, erguia uma barreira entre o conhecimento e a vida cotidiana. Apesar das imensas realizações medievais na filosofia e na teologia, elas vinham perdendo cada vez mais o

contato com a experiência comum. O apelo humanista à retórica, a arte clássica da persuasão, baseava-se em sua pretensão de ligar o estudo e a reflexão à ação prática; em vez de se manter restrito a um debate especializado entre iniciados, o latim poderia funcionar como instrumento para transformar a vida. É esse, na essência, o tema da censura de More a Dorp.

Na “Carta”, More faz uma diferenciação entre os acadêmicos estreitos, “que não conhecem absolutamente nada afora um intrincado labirinto de problemas insignificantes”, e aqueles que, como o próprio Erasmo, não desconhecem as questões técnicas, mas dispõem de algo de proveito muito maior, “um domínio geral da sólida literatura”.¹¹ Essa é também, como vemos, a base do currículo utopiano: a maioria dos cidadãos dedica aquelas horas de lazer que são característica exclusiva da vida utopiana ao estudo das “boas letras” (p. 122), que abrangem não apenas a poesia, o teatro e narrativas literárias, mas também obras de história e de filosofia moral; ou seja, tudo o que possa ampliar o entendimento da existência humana. É como bons humanistas que Rafael apresenta os utopianos ao dizer: “Embora se igualem aos antigos em quase tudo, ficam muito aquém das invenções de nossos lógicos modernos” (p. 122).

Igualar-se aos antigos é compartilhar uma mesma cultura humana, mas igualar-se aos modernos é ficar preso num sistema fechado de especulações estéreis. A educação utopiana visa, em primeiro lugar, a criar bons cidadãos: ela é supervisionada pelos sacerdotes (que, vale lembrar, são em pequeno número e, portanto, dignos de seu papel), que se dedicam a instilar na mente dos jovens “princípios que beneficiam a vida da comunidade” (p. 162). Como frisa Rafael, a condição de uma república é diretamente afetada pelo tipo de conduta que seus integrantes absorvem desde pequenos. Mas a educação não termina aí, visto que a maioria dos utopianos prossegue com ela, graças àquelas

leituras opcionais com que preenchem o tempo livre. Para os leitores contemporâneos de More, esse devia ser um dos traços mais surpreendentes da vida utopiana. Em vez de operar no sentido de uma área profissional restrita, essa educação mais elevada pretende realizar aquelas aspirações que são comuns a toda a humanidade, chegando pela contemplação do mundo natural a um sentimento de assombro perante seu criador.

Numa das histórias de viagem mais fantásticas de Luciano, a que dá o título irônico de *A história verdadeira*, o narrador chega às Ilhas Afortunadas, onde se depara com grandes figuras do passado. Mas falta uma figura notável, Platão, que estaria vivendo em sua cidade imaginária, com a Constituição e as leis que ele mesmo elaborara.¹² Luciano, com isso, está jogando com a impossibilidade da sociedade ideal de Platão, e deve estar aludindo a uma passagem de *A república* em que Sócrates levanta a questão da ação política: em termos simples, o sábio participará da vida pública ou manterá sua independência? Ele precisa escolher entre duas “cidades” ou comunidades: a real, o “mundo de seu nascimento”, como diz Sócrates, e uma comunidade ideal, que está posta em palavras e não se encontra “em lugar nenhum da terra”.¹³ Não é difícil entender por que o Platão idealista está invisível em Luciano, mas há aí também uma questão séria: qual é o papel da imaginação, a faculdade que nos liberta de nosso meio imediato, para as questões práticas da vida convencional? Como podemos relacionar nossa surpreendente capacidade de representar mundos alternativos com o mundo existente em que nascemos? Uma opção, como Sócrates deixa claro, é se manter fiel ao ideal e não se envolver na política prática. A outra, implícita, é transigir e, com isso, correr o risco de uma conspiração moral. Essa é a questão do engajamento político que constitui o tema subjacente de *Utopia*.

Num espírito lucianesco, More aborda os temas sérios de maneira jocosa; como anuncia o título, é um li-